

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DE CANDIDATAS:  
UM ESTUDO COM CANDIDATAS A VEREADORA 2020 EM PORTO ALEGRE**

*Eixo Temático 05 – Caminhos de Construção da Equidade no Mundo do  
Trabalho: Debatendo as Propostas de Gestão da Diversidade e Políticas  
Afirmativas*

Alessandra Caroline Ghiorzi <sup>1</sup>  
Luciana Leite Lima <sup>2</sup>

**RESUMO**

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que 30% do Fundo Eleitoral deve ser investido na campanha de candidatas. Essa ação afirmativa busca reduzir a desigualdade de gênero na política, campo marcado por obstáculos à participação das mulheres. O objetivo do trabalho é descrever o processo de implementação dessa *policy* no âmbito dos partidos nas eleições-2020 em Porto Alegre. Por meio de questionário aplicado a 64 candidatas a vereadora e entrevistas com 5 dessas respondentes, a pesquisa abordou as informações, recurso e espaço de decisão acessados pelas interlocutoras, além de estratégias e dificuldades enfrentadas e ferramentas de implementação e gestão das agremiações. As candidatas que mais obtiveram recurso foram as que atuaram na decisão e acessaram informações sobre a *policy*.

**Palavras-chave:** Gênero; Política; Políticas Públicas; Implementação

**INTRODUÇÃO**

Em 2020 ocorreu a primeira eleição municipal em que as candidatas tiveram direito a, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Eleitoral (FE). Essa ação afirmativa, chamada aqui de política de financiamento de candidatas, foi decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018, a partir da mobilização de mulheres parlamentares e de organizações não governamentais

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, [alessandra@ghiorzi.com.br](mailto:alessandra@ghiorzi.com.br);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Dra. Luciana Leite Lima, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFRGS, [lucianaleitelima@gmail.com](mailto:lucianaleitelima@gmail.com).



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

(CAMPOS, 2019). A *policy* tem como objetivo superar as desigualdades de gênero no campo político. Nas eleições de 2016, contexto de decisão da política, para os cargos proporcionais em todo Brasil, 33% das candidaturas foram de mulheres; contudo, elas representaram apenas 13% dos eleitos (BRASIL, 2021).

O objetivo do presente trabalho é descrever parte do processo de implementação da política de financiamento de candidatas no âmbito dos partidos políticos nas eleições municipais de Porto Alegre em 2020. Para isso, serão descritos os meios pelos quais as candidatas a vereadora acessaram recursos, informações e espaços de decisão da política de financiamento. Nesse percurso, serão apresentadas as estratégias e dificuldades encontradas pelas candidatas, bem como algumas práticas de gestão e ferramentas de implementação utilizadas pelos partidos.

A pesquisa parte da perspectiva teórica de que a implementação é uma parte central do processo das políticas públicas, é a partir dela que a *policy* ganha sua forma final. Considera-se que o gênero influencia esse processo e as relações de poder intrapartidárias (MARQUES, 2021; PIRES; LOTTA, 2019).

O trabalho é fruto de pesquisa de doutorado em andamento, realizada a partir de questionário e entrevistas abertas com as candidatas a vereadora 2020 em Porto Alegre. Por meio da perspectiva antropológica, busca-se compreender o ponto de vista das candidatas (MALINOWSKI, 1976).

O trabalho conclui que as candidatas que mais conseguiram recursos também foram as que participaram de espaços de decisão da *policy* e também mais obtiveram informações sobre a política. Além disso, para muitas das candidatas, os discursos intrapartidários sobre a política de financiamento são fragmentados e divergentes.

### METODOLOGIA

Desde novembro de 2021, está em andamento pesquisa antropológica baseada em princípios etnográficos, como indução, alteridade e contextualização (MALINOWSKI, 1976), e epistemologia pós-estruturalista (PETERS, 2007). As técnicas de coleta de dados envolvem aplicação de questionário (BAUER; BAS, 2008) e entrevistas abertas (KAUFMANN, 2013) com candidatas a vereadora de Porto Alegre das eleições 2020.

Na primeira etapa da pesquisa, foi encaminhado questionário do *Google Forms*, via *e-mail* ou *WhatsApp*, para as 283 candidatas a vereança. Foi perguntado sobre graduação, renda, religião, trajetória política e financiamento da campanha. Responderam ao questionário 64 candidatas, 23%. No site do TSE, foram agregadas as seguintes informações: idade, cor/etnia,

candidaturas e recursos arrecadados. A segunda etapa, entrevistas com candidatas que responderam ao questionário, iniciou em maio/2022. Até o momento foram realizadas 5 entrevistas, que abordaram temas como rede partidária, apoio partidário à campanha, distribuição dos recursos etc.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As relações de gênero intrapartidárias são caracterizadas por desigualdade de poder entre mulheres e homens. De acordo com Marques (2021, p. 12–14), “as regras do campo político são generificadas”, segundo as quais as mulheres são “marginalizadas” por meio de barreiras que dificultam o acesso delas ao “poder decisório”. Para Miguel (2014, p. 105), o campo político é “constituído historicamente como um ambiente masculino”, impondo às mulheres “maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência”. Assim, os cargos de maior poder e decisão são mais difíceis de serem ocupados por mulheres. Segundo Freedman (1997), a base dessa desigualdade está nas representações de feminilidade, que são escassas de símbolos de poder. Visão similar possui Miguel (2014, p. 106) ao defender que a masculinidade é marcada por signos de poder, enquanto a feminilidade por marcas de “subalternidade”. Esse conjunto de análises coaduna com a definição de gênero elaborada por Scott (SCOTT, 1995): são discursos sobre feminilidade e masculinidade que produzem poder.

O processo de implementação da política de financiamento de candidatas envolve, assim, o reconhecimento do âmbito político-partidário como um espaço permeado pela desigualdade de gênero. Segundo Pires e Lotta (2019, p. 128–129): “desigualdade é também um elemento constitutivo de processos de implementação, fazendo-se presente nas interações que os permeiam”. Entre outros aspectos, a implementação da política de financiamento envolve acesso a informações, bens e espaços de decisão, o que está diretamente relacionado às relações de poder e de gênero (BACCHI, 2009; VELHO; KUSCHNIR, 2001). Apesar da forte hierarquia de gênero, considera-se também que as mulheres são dotadas de agência, desenvolvendo estratégias e práticas de resistência, adaptação e autoridade no processo de implementação da política de financiamento de candidatas (ONG, 2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados descrevem o perfil das participantes da pesquisa (aspectos sociodemográficos e trajetória política), informações sobre a política de financiamento obtidas pelas candidatas (instâncias decisórias da *policy*; recursos recebidos; critérios de distribuição),

os canais pelos quais as informações circularam (reuniões e conversas com lideranças ou membros), presença nos espaços de decisão e estratégias para acessar informações e recursos.

As respondentes se distribuem em um amplo espectro etário (desde jovens na casa dos 20 anos até mulheres na faixa dos 70), diferentes graus de instrução, cores (pardas, brancas e pretas) e estados civis. Todavia, a única candidata indígena e as que sabem ler e escrever não participaram. As respondentes foram, na maioria, mulheres brancas de meia idade, solteiras e com superior completo – mesma concentração observada no universo de 283 candidatas. No que tange à religião: 31% católicas; 24% sem religião; 17% matriz africana; 14% espíritas, 11% protestantes. 50% das respondentes são graduadas em cursos das ciências sociais aplicadas, 16% nenhuma graduação, 14% humanas e 11% saúde. A faixa de renda mais informada foi entre 5 e 10 mil reais (27%), seguida por mil e 2 mil (23%). As respondentes pertencem a 23 agremiações, que abarcam todos os prismas ideológicos.

Ao analisar os dados coletados via questionário, identifica-se que a maioria das candidatas não tem carreira na política nem forte atuação partidária: 52 (81%) estavam em 2020 na sua primeira candidatura; 43 (67%) nunca ocuparam um cargo no partido; 33 (52%) não fazem parte de nenhuma vertente da agremiação; 40 (63%) nunca assumiram cargo por indicação política e 39 (61%) disseram que seus familiares também não. Quando se analisa a frequência com que se reuniam *formal* e *informalmente* com lideranças do partido: *menos de uma vez por mês* foi a alternativa mais escolhida (respectivamente: 24, 37,5%; 18, 28%). Os mesmos dados se repetem com as entrevistadas. A maioria está em sua primeira candidatura e foi convidada pelo partido para se filiar às vésperas da eleição com intuito de se candidatar.

A respeito das informações sobre a *policy* obtidas pelas candidatas, 58 (91%) afirmaram conhecer a política de financiamento, elas receberam em média 14 mil reais de seus partidos. As 6 (9%) que afirmaram não conhecer essa política angariaram em média 8 mil reais. 18 (28%) candidatas ficaram sabendo da existência da política por meio das lideranças de seus partidos; 14 (22%) pela mídia e 10 (16%) pela secretaria de mulheres.

41 (64%) candidatas não participaram de reunião que tenha tratado da distribuição do FE. Elas pertencem a 21 partidos e a média recursos recebido foi de quase 8 mil reais. Enquanto isso, as 23 (36%) que estiveram nesse tipo de reunião receberam em média 25 mil reais e pertencem a 14 partidos. Muitas das agremiações se repetem em ambas as respostas. De todas as candidatas que participaram da pesquisa, 9 não receberam nenhum recurso e todas elas estão no primeiro grupo, entre as 41 mulheres.

Em entrevista com cinco das candidatas a vereadora, todas afirmaram que participaram de reuniões particulares, coletivas ou cursos de formação onde a distribuição dos recursos foi

tratada. Todas foram informadas quanto receberiam, valor cumprido por 4 partidos, sempre na última semana da eleição. A principal justificativa para a chegada tardia da verba foi a burocracia do Estado.

O questionário revela também que algumas informações não chegam até as candidatas e parte das que chegam são contraditórias. 25 (39%) candidatas não sabem qual instância do partido escolheu quem receberia recursos. Elas arrecadaram em média mais de 8 mil reais. E aquelas que responderam as instâncias responsáveis por tal decisão, pertencentes ao mesmo partido, descreveram informações desconhecidas. Elas receberam em média 16 mil reais. 28 (44%) também afirmaram não saber quais foram os critérios para selecionar as beneficiárias da política, recebendo em média mais de 9 mil reais. As 36 que conhecem os critérios receberam em média mais de 15 mil.

A mesma confusão se repete em relação ao recebimento dos recursos do FE. 45 (70%) afirmaram que foram contempladas; 15 (23%) que não; e 4 (6%) que não sabiam. Das 15 que responderam não ter recebido, 7 constam no *site* do TSE como beneficiárias do FE. Das 4 que afirmaram não saber, todas receberam. E entre as 45 que disseram ter recebido, 2 aparecem no *site* como não tendo recebido. Durante as entrevistas, uma das interlocutoras disse ter obtido menos dinheiro do que consta no *site* do TSE. Além disso, as cinco candidatas não sabem informar quanto de verba cada partido recebeu do Estado e quanto cada instância partidária recebeu da agremiação para repassar às candidatas.

A pesquisa também abordou as estratégias empregadas pelas candidatas para obter apoio dos partidos e acessar recursos e informações. Foi perguntado por qual meio pediram apoio para a realização da campanha. 9 (14%) informaram que não pediram apoio. As outras 55 (86%) se utilizaram de um ou mais canais para angariar suporte partidário: 32 (50%) entraram em contato com lideranças, 18 (28%) com presidente, 20 (31%) com secretaria de mulheres e 17 (27%) com outras mulheres do partido.

Sobre a participação no processo de decisão da política, 54 (84%) candidatas disseram que não ajudaram a decidir sobre a distribuição dos recursos. Elas pertencem a 20 partidos e receberam em média 11 mil reais. Enquanto isso, as 10 (16%) que contribuíram para essa decisão conseguiram em média 29 mil reais e são de 10 partidos diferentes. Novamente, as nove que nada receberam afirmaram não ter ajudado nessa decisão. Nenhuma das entrevistadas contribuiu para a decisão dos destinos da *policy*.

As entrevistas revelam que 3 candidatas se sentiram bastante apoiadas pelo partido no suporte jurídico, secretaria de mulheres, marketing, contabilidade, material gráfico e orientação para campanha. Com relação ao apoio financeiro, segundo dados do questionário, 31 (48%)



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

respondentes disseram que todas as candidatas receberam recursos em seus partidos. Contudo, as entrevistadas afirmam que os valores foram muito abaixo do necessário. Elas atribuem a falta de verbas à discriminação de gênero. Há uma sensação de que algo está errado, sem saber ao certo o quê, interpretando que a falta de recursos ocorre por elas serem mulheres, mesmo muitas vezes não conseguindo explicar exatamente como essa relação ocorre. A continuação das entrevistas revelará mais sobre esse incômodo difuso.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dados coletados via questionário e entrevistas, identifica-se que as informações sobre a política de financiamento de candidatas que chegam até as interlocutoras da pesquisa são como discursos fragmentados e contraditórios. Informações importantes, como critérios e instâncias de decisão, são ignoradas. Contudo, muitas pediram apoio do partido por diversos canais e se organizaram com outras mulheres para angariar recursos e informações. Além disso, os partidos empregaram ferramentas de implementação (como apoio jurídico e mediação burocrática) e práticas de gestão (mobilização da secretaria de mulheres e realização de cursos de formação para tratar da *policy*).

Percebe-se que as desigualdades de acesso a dinheiro, ambientes de decisão e informações da política de financiamento de candidatas, entre as participantes da pesquisa, podem estar relacionadas. Ou seja, o dinheiro anda por onde a informação circula e por quem decide. Isso confirma a tese de estudos anteriores sobre a necessidade de transparência, democratização das decisões e controle público das organizações partidárias (MARQUES, 2021). Por fim, para os próximos passos da pesquisa, é preciso considerar que as candidatas entrevistadas atribuem o baixo valor recebido à discriminação de gênero.

### REFERÊNCIAS

BACCHI, C. **Analysing Policy: What's the problem represented to be?** Frenchs Forest, NSW, Australia: Pearson, 2009.

BAUER, M.; BAS, A. A construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. Em: BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39–63.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 10 mar. 2021

CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Direito Práxis**, v. 10, n. 1, p. 593–629, 2019.



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

FREEDMAN, J. **Femmes politiques: mythes et symboles**. Paris: L'Harmattan, 1997.

KAUFMANN, J.-C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976.

MARQUES, D. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 95, p. 1–20, abr. 2021.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. Em: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Eds.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ONG, A. **Buda is Hiding: Refugees, Citizenship and the New America**. Berkeley: University of California Press, 2003.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. São Paulo: Autêntica, 2007.

PIRES, R.; LOTTA, G. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. Em: PIRES, R. (Ed.). **Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. p. 127–152.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, dez. 1995.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (EDS.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.